

ENTRE HENRY FORD E ARIEL. CAMINHOS DO AMERICANISMO EM VICENTE LICÍNIO CARDOSO

João Marcelo Ehlert Maia

AMÉRICA, AMÉRICAS

O tema do americanismo, na imaginação brasileira, não comporta um único significado. No conhecido ensaio de Werneck Vianna (1997) sobre a polêmica entre americanistas e iberistas, aquele “partido” é identificado com o liberalismo federalista de Tavares Bastos. Nesse registro, nossos “americanos” seriam representantes de uma tradição que localizava, nas características absolutistas e centralizadoras do Estado bragantino, as raízes de nossos males. Segundo essa versão, o caminho para o moderno passaria pela dinamização da vida material brasileira e pela emergência livre dos interesses associados a ela. Esse programa, contudo, só teria encontrado sucesso por um caminho singular, marcado pelo predomínio de elites iberistas na condução do *nation building*, como se nossa América só encontrasse sua realização plena pela chave ibérica. Ou seja, a América vislumbrada por Tavares Bastos só teria passagem com a ação política dos homens de 30, originários do mundo das elites agrárias e distantes do figurino clássico dos agentes modernizadores

capitalistas. Maria Alice Rezende (Carvalho, 1998), em outro trabalho, argumentou como André Rebouças, um herói *yankee*, teria terminado por abandonar o radicalismo e se voltado para o Estado imperial, visto como único *locus* possível de uma transformação que realizasse, em nossas terras, o designo americano. Em ambas interpretações, há a notação de um americanismo “nativo”, traduzido na formação social brasileira sob os influxos de nossa geografia social específica.

O tema americano guarda aspectos distintos no continente. Ao Norte, foi colorido com o tema do “excepcionalismo” norte-americano e com a interpretação tocquevillena da energia democrática estadunidense. Nesse registro, a América representaria uma nova geografia no Ocidente, que combinaria uma sociedade assentada no trabalho industrial e numa vida societária mais pujante que a “cansada” Europa. São inúmeras as versões do par “nova América *versus* velha Europa”, mas a formulação, desenhada por Gramsci nos anos 20, permanece uma das mais instigantes. Voltarei a ela mais adiante. Ao Sul, o tema americano foi empunhado como uma valorização das especificidades

da América “latina”, e os sinais que apontavam para sua “barbárie” foram invertidos, passando a operar como signos de nossa originalidade. De José Martí, herói da luta pela Independência de Cuba e entusiasta do americanismo “mestiço”, a Roberto Retamar, poeta cubano nascido em 1930 e responsável por uma leitura revolucionária e antiimperialista do chamado “ariélismo”, esse tema conheceu longa formulação. Abordagens distintas do tema americano, como se percebe, e que se acentuaram com a recepção e difusão da obra fundadora do uruguaio José Enrique Rodó [1900] (1991), *Ariel*. Mobilizando a metáfora clássica de Shakespeare, Rodó construiu uma poderosa peça de argumentação sobre a filiação greco-romana da América do Sul, e sua posição oposta ao materialismo que organizaria a vida social na América do Norte. Nesse registro, o problema da emergência de uma democracia de massas seria resolvido com o recurso à educação e ao cultivo espiritual, e não com o livre jogo dos interesses mercantis. Tratar-se-ia, portanto, de “temperar” o fenômeno democrático com um recurso clássico, resguardando os valores mais profundos que poderiam ser ameaçados pela maré das massas. Solução oposta à vislumbrada por Gramsci na América “de cima”, onde a eticidade nascida da fábrica parecia produzir um “novo homem”, afeito à vida industrial e ao regime das máquinas. Um regime próprio ao homem comum, que não demandaria nenhum virtuosismo aristocrático ou espiritual para sua plena realização.

Ford e Rodó seriam, portanto, dois heróis de continentes intelectuais diversos. Como entender, então, uma reflexão americanista que reclama para si esses dois personagens, como a feita por Vicente Licínio Cardoso? Qual a relação dessa reflexão com a sua interpretação do Brasil? Trabalho a hipótese de que essa reflexão só pode ser entendida com recurso ao que chamo aqui de “imaginação espacial” do autor, e que encontraria seu cerne na categoria “terra”. Ao mesmo tempo, mostro como essa busca de uma ontologia americana se “choca” com a perspectiva liciniana, que aproxima as configurações sociológicas do Brasil e da Rússia por meio da expressão “força da terra”. Dessa

polissemia da “terra”, pretendo extrair a singularidade de um americanismo que busca reclamar uma via para a modernização adequada a uma sociedade ainda “em construção”. Este trabalho tem, portanto, o objetivo de analisar os contornos do americanismo no Brasil dos anos 20, por meio de uma análise da obra de Vicente Licínio Cardoso (1889-1931).

Engenheiro e arquiteto por formação, Vicente Licínio era filho do famoso positivista Licínio Atanásio Cardoso, mas logo explicitou sua vocação para interpretação do Brasil e para atividades próximas ao campo das ciências sociais. Como muitos outros engenheiros, num movimento que demanda um bom estudo da nossa *Sociologia dos Intelectuais*, transferiu-se para o campo da educação e participou do esforço para a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE) ao lado de Heitor Lyra, Francisco Venâncio Filho, etc. Deixou como marca, na imaginação brasileira a participação, em 1924, na organização da obra coletiva “*À Margem da História da República*”, em que os mais conhecidos exemplares da chamada “geração dos republicanos críticos” evidenciavam seu desencanto com os rumos da Primeira República e se juntavam num coro por reformas constitucionais que adequassem o edifício político nacional às especificidades de nossa vida social. Seus heróis, como para tantos outros de sua geração, eram Alberto Torres, Euclides da Cunha e Tavares Bastos, mas seu panteão particular é enriquecido por nomes como Henry Ford, Sarmiento e Rodó. Ecletismo típico de intelectuais subalternos, sequiosos de reconhecimento intelectual, ou indício de uma cartografia singular, que demanda uma investigação mais aprofundada? Nas próximas seções, procuro decifrar, mesmo que de uma forma breve, esse problema.

FORD E RODÓ

O grande ensaio fordista de Vicente Licínio intitula-se “*Ford: um Operário contra o Capital*” (Cardoso, 1925). Nele, o autor tece vigorosos elo-

gios ao fordismo como modelo da organização democrática norte-americana. Nessa linha interpretativa, o “regime das máquinas” é lido numa chave positiva, como expressão de uma sociabilidade nova, formatada na experiência horizontal do trabalho em massa. Fiel à sua aversão ao europeísmo, Vicente Licínio opõe o espírito fordista aos ideais alimentados pelas sociedades “velhas”, que se agarrariam às concepções ultrapassadas e decadentes sobre as possibilidades da civilização ocidental.¹ Não compactua, também, com a roupagem fascista envergada pelo tema do moderno na Europa, quando afirma que “... *Mussolini e Primo de Rivera tomam fantasias de Napoleão fora de época.*” (Cardoso, 1925, p. 131). Não resta dúvida, para o autor, sobre os termos da luta e sobre os partidos que a representam:

O idealismo dos versos opulentos de Whitman e da prosa harmoniosa de Emerson surge transfigurado de chofre, inopinadamente, na oficina de Ford. A era mecanizante que tanto amedrontara o espírito europeu de Carlyle começa a oferecer perspectivas luminosamente esperançosas e, mais ainda do que aquelas palavras propheticas e pragmáticas a machina americana afirma de fato que a humanidade está dividida por dous ideais extremamente diversos.” (Cardoso, 1925, p. 132).

Outro elemento do fordismo que fascina Licínio é o seu caráter supostamente “não utópico”, marcado pela preocupação com a praticidade e pela rejeição de grandiosas reformas sociais. Nesses termos, Ford seria uma espécie de “herói comum”, e patrões e operários seriam, na verdade, “operários maiores” ou “menores”.

Ora, forçoso introduzir aqui o célebre argumento gramsciano sobre o fordismo. Em seu ensaio, Gramsci (2001) argumenta que o americanismo se caracterizaria como uma nova possibilidade de afirmação do moderno, em que este surgiria pela dinamização da vida civil e pela racionalização do trabalho propiciada pelo mundo fabril. Também distante do espírito europeísta que via com des-

prezo o “regime das máquinas”, Gramsci via na sociedade estadunidense um caminho sociológico que prescindiria das pesadas estruturas políticas que marcariam a vida no Velho Continente e se pautaria pela racionalização da estrutura de classes. Enquanto a estrutura social europeia seria caracterizada pelo domínio de classes “parasitárias”, afastadas do mundo da produção, os Estados Unidos se organizariam pela ação de grupos radicados na dimensão do trabalho moderno. Nesse registro, a democracia viria cavalgando uma sociabilidade comum, que não exigiria a animação heróica demandada pela ação revolucionária “clássica”. Se o marxismo não é o território de Vicente Licínio, difícil não enxergar, nas suas palavras, a mesma atenção diante da afirmação da vida fabril e de suas possibilidades civilizatórias. Afinal, a descrença desse personagem pelos arroubos revolucionários dos jacobinos e pelo apego dos europeus à arquitetura política poderia encontrar eco na famosa passagem de Gramsci:

O americanismo, em sua forma mais completa, exige uma condição preliminar, da qual não se ocuparam os americanos que trataram desse problema, já que na América ela existe “naturalmente”: esta condição pode ser chamada de uma “composição demográfica racional”, que consiste no fato de que não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, isto é, classes absolutamente parasitárias (Gramsci, 2001, p. 243).

Ora, mas se Vicente cerra fileiras no partido fordista – como, aliás, outros engenheiros do mesmo período –, como entender seu ensaio vigoroso para José Enrique Rodó, esse herói de um particularismo irredutível à expansão mediocrizadora da modernidade? Na perspectiva liciniana, a terra de Rodó era a América, continente da “ação”. O idealismo que marca o arielismo é trabalhado pelo autor como síntese de uma energia juvenil, própria de uma “consciência americana”. Nas suas palavras, “*Ao contrário desses pensamentos teoricos europeus, o americanismo tem a característica de um idealismo prático, e nisso, e especialmente por isso, constitue uma novidade no mundo*” (Cardoso, 1937, p. 38). Licínio é atraído pela energia juvenil despertada por Rodó, e asso-

¹ A rejeição da tradição “européia” era comum no período, não apenas entre a inteligência brasileira, e se devia, em grande parte, ao impacto causado pelo morticínio da Grande Guerra.

cia o pensador uruguaio a um vasto programa de cultivo educacional. Se a adesão de Rodó ao fenômeno democrático é cautelosa, Vicente vê nessa espécie de “desconfiança” uma salutar rejeição das formas extremadas com as quais os europeus se habituaram. Ou seja, entre “realidade morta da aristocracia de sangue” e “o comunismo igualitário do trabalho” estaria o território da medida democracia americana.

Como se percebe, o americanismo que Vicente Licínio lê em Rodó não se traduz num particularismo espiritualista, mas na expressão de uma energia prática que marcaria os homens desse continente. Nesse sentido, a figura intelectual de Rodó exemplificaria um tipo intelectual americano, um “obreiro social de idéias”, animado pelo “culto ao trabalho e à vida” (Cardoso, 1937, p. 17), e Rodó se aproximaria de Emerson, ambos portadores dessa juventude prática que afastaria a América da Europa. Interessante como Vicente Licínio procura extrair da obra do pensador uruguaio uma espécie de “tipo intelectual americano”, que é identificado ao pragmatismo e à capacidade de realizar e “viver” as palavras. Chega a elogiar Rodó não pela sua originalidade, mas pela sua capacidade de se transformar num “repensador”, ou seja, de traduzir e vivenciar o melhor do pensamento ocidental como uma obra ativa. Nas suas palavras,

O mérito de Rodó, não residindo numa capacidade elevada de pensador, reside no entanto na sinceridade com que soube viver, como artista, algumas ideias. Ele mesmo, aliás, fazendo profissão de fé nesse sentido, só considerava digno da vida ao obreiro, e em particular exigia que o artista no presente fosse um obreiro social de ideias (Cardoso, 1937, p. 25-26).

Mas se Ford representa a aposta na modernização “radical”, animada pelo modelo fabril e pelos homens “operários”, a promessa ariologista sustentava um moderno “temperado”, em que a democracia não representasse nem o igualitarismo avassalador, nem a emergência do interesse puro e do utilitarismo. O mundo da máquina, tão admirado pelos engenheiros, parecia a Rodó uma aberração para a qual a juventude das Américas deveria ser “alertada”. São, a princípio, continentes

diversos, mas aproximados pela imaginação de Vicente Licínio, que vê, nas duas manifestações, símbolos da ontologia americana. Sugiro que esse movimento teórico é possível pelo recurso à categoria “terra” no seu pensamento, e pelo potencial supostamente “democratizador” encarnado nessa alegoria.

IMAGINAÇÃO ESPACIAL E TERRA

Encantando, como muitos de seus colegas, pelo impacto dos escritos euclidianos sobre os sertões e a Amazônica, Vicente incorporou um tipo de análise que elege o meio físico como grande variável explicativa para a formação do Brasil. Um ensaio que exemplifica com perfeição esse modelo é o famoso “Rio sem história”, transcrição de conferência emitida em 1922 e publicada originalmente em 1933, em *À Margem da História do Brasil*. Nesse texto, Licínio argumenta que o Rio São Francisco seria a grande força social que teria garantido a unificação do Brasil ao longo do Segundo Reinado. Ou seja, no lugar de Feijó, Pedro II, Rio Branco e outros heróis imperiais que são normalmente tidos como os atores por excelência do processo de *nation building* brasileiro, surge um elemento natural, como se a Geografia prefigurasse a História. Sua profissão de fé metodológica pode ser entendida através da seguinte passagem, que abre o referido ensaio:

A terra é o esqueleto dos organismos sociais, eis a maior e mais harmoniosa descoberta sociológica do século passado, só atingida, com sacrifício, depois de afirmações isoladas ou exageros prejudiciais sobre as raças, os climas e os alimentos humanos. (Cardoso [1933], 1979, p. 37)

É comum a constatação da força de argumentos deterministas na imaginação dos intelectuais contemporâneos e posteriores à famosa “geração de 1870”, como parte integrante do caldeirão “cientificista” que teria sido marca indelével desses personagens. Nesse registro, a mobilização de explicações geográficas e racialistas se deveria à recepção da obra de autores como Taine e Buckle,

deglutidos com maior ou menor rigor. Sem ignorar essa importante dimensão do problema, creio ser limitante interpretar a presença constante de elementos espaciais no pensamento social brasileiro como mera decorrência da incorporação do determinismo geográfico no cardápio intelectual nacional. Em outra linha interpretativa, Robert de Moraes (2002) mostra como as sociedades americanas coloniais teriam nascido sob o signo do espaço, pois sempre teriam sido pensadas como subprodutos da lógica territorialista que presidiu a aventura colonizadora. Em outro registro, Rubem Barboza (Barboza Filho, 2000) argumenta que esse territorialismo naturalista seria decorrência da arquitetura intelectual do barroco ibérico transplantada para o novo continente. O que interessa reter aqui é a persistência com que a imaginação brasileira trabalha o espaço como alegoria explicativa do país. Assim sendo, podemos entender a “terra” revelada por Euclides da Cunha não apenas como variável independente na explicação científica, mas como imagem poderosa carregada de significados simbólicos. Ou seja, ao lado de uma “física” da terra, encarnada na mobilização de temas e procedimentos das ciências naturais e da Geografia, haveria uma “metafísica”, construída a partir da produção intelectual de interpretações que mobilizem constantes imagens espaciais. Esse recurso à geografia como forma de pensar temas para além da inscrição “física” específica já foi trabalhado no ensaio de Althusser (Althusser, 1972) sobre Montesquieu, onde o intérprete marxista chama atenção para a “universalidade” do despotismo oriental que reinaria nas planícies asiáticas. Nesse registro, no lugar de ver, nas interpretações geográficas de Montesquieu, uma espécie de antecipação de argumentos geográficos, Althusser interpreta-as como imagens simbólicas de temas clássicos da tradição política, que não se limitariam à mera circunscrição física. Ou seja, a “planície vasta”, terreno do despotismo, é, na verdade, expressão de formas de sociabilidade fragmentadas e pouco coesas, passíveis de serem encontradas mesmo no Ocidente. Um autor que mobiliza argumento semelhante é Mitre (2003), que se ocupa

dos pampas vislumbrados por Sarmiento e sugere que o dilema entre civilização ou barbárie se encontraria no cerne da experiência ocidental, não estando confinado em identidades geográficas específicas. Nesses termos, o “pampa” não seria produto de uma investigação de cunho histórico-geográfico, mas antes reflexão de natureza semelhante àquela sugerida por Althusser a respeito de Montesquieu.

Em geral, a interpretação contemporânea do pensamento brasileiro identifica a filiação “americana” das construções sobre o “sertão”, ou a “terra”. Lúcia Lippi (Oliveira, 2000) argumenta que há uma aproximação possível entre sertão e fronteira, o que evidenciaria o parentesco existente entre Brasil e Estados Unidos, ambos países construídos em torno de fabulações geográficas. Essa aproximação ficaria mais evidente na extensa literatura regionalista nacional centrada nos estudos das “bandeiras”, que, contudo, guardaria matizes distintos, tributários da identificação desse movimento de “expansão sobre o espaço” com a política de integração nacional conduzida pelo Estado Novo. Já nos anos 40, essa aproximação seria marcada pela política de Boa Vizinhança e pela busca de uma identidade “americana” democrática.

Nisia Trindade Lima (1999) é outra autora que aponta a relação entre sertão e americanismo, investigando todo o movimento de “redescoberta” do Brasil ocorrido na Primeira República. Na mesma chave de Oliveira, nota a importância do espaço nessa busca de uma identidade “autêntica” para uma sociedade que lidava de forma ambígua com suas fronteiras: ora o sertão era visto como lugar do autêntico, ora como inferno abandonado, carente de uma ação saneadora conduzida pelo Estado. Essa ambigüidade da visão do sertão é reconhecida também por Oliveira.

Creio que ambas as autoras estão corretas nos dois movimentos que fazem: notar a importância do tema espacial na imaginação brasileira e a presença de um certo americanismo nessa formulação. Contudo, a notação da relação de proximidade entre sertão e fronteira não esgota o significado desse americanismo e não esclarece os ter-

mos da “recepção” desse pensamento. O que era, para esses intelectuais, a “América”? Ela tinha um sentido único, ou poderia ser apropriada de distintas maneiras? Como encontrar o lugar do Brasil num continente marcado pelo dualismo entre Américas “do Norte” e “do Sul”? Além do mais, como podemos entender o americanismo para além de sua narrativa “geográfica” específica, e aproximá-lo de uma versão possível para a afirmação da ordem moderna? Sugiro que uma análise mais matizada desse período e desse “espaço” intelectual pode iluminar alguns desses aspectos, para além da correta constatação feita da relação entre narrativas “geográficas” e americanismo. O que é, então, essa “terra americana”, analisada por Vicente Licínio Cardoso?

Em parte dos ensaios escritos por Vicente, sobressai a categoria “terra nova” como imagem associada a essa ontologia americana. Ford e Rodó seriam irmãos, pode-se assim interpretar, porque ambos seriam filhos de um continente marcado pela “novidade”, que possuiria propriedades democratizantes intrínsecas. De certo modo, a “terra nova” de Vicente Licínio se assemelha a uma matriz civilizatória específica, própria de sociedades não reguladas completamente pela técnica industrial, e territórios abertos para a experimentação e para a criatividade. O recurso constante de Vicente Licínio à terra parece indicar uma ontologia em que a “política” não surge como organizador da vida social, se a entendermos na chave do autor: artifício da imaginação, utopia jacobina. O recurso a uma imagem espacial não se reduz, portanto, a uma economia explicativa em que o “meio físico” opera como variável científica específica. Não importa a natureza física dessa terra, mas seu conteúdo simbólico, alegoria de uma formação social em que a civilização não teria produzido nem camadas profundas de tradição, nem complexos arranjos políticos. A América, como uma “terra nova”, seria território aberto, franqueado para experimentação. Interessante notar que a fabulação americana de Vicente Licínio não conduz nem a uma abordagem regionalista – como na literatura paulista dos anos 20, tão bem analisada por Oliveira (2000)

–, nem a uma busca de uma essência “autêntica”, assentada na localização de um tipo social específico (o bandeirante, o índio, o sertanejo, etc). Está, por assim dizer, descolada de uma ontologia étnica, característica que a singulariza diante de americanismos outros que grassavam na América Latina – em especial aquele cunhado pelo mexicano José Vasconcellos e assentado na idéia de “raça cósmica”. Vale a pena observar a longa citação, presente num famoso ensaio intitulado “*À Margem do Segundo Reinado*”:

A influência sociológica do meio físico é deveras interessante [...]. Não me refiro, é bem de ver, aos estudos tornados clássicos de geografia social. Reporto-me às observações de modificabilidade social de um mesmo povo ao contato com as terras novas. Malthus, espantado com as proporções exageradas por ele mesmo criadas, atemorizou-se com o efeito das terras velhas que se superpopulizaram. O século XIX haveria de descobrir o “fenômeno inverso”: a melhoria das raças velhas em terras novas, o rejuvenescimento da estirpe, o revigoramento da vitalidade dos povos sob o estimulante de condições cósmicas propícias. Os Estados Unidos oferecem um exemplo notavelmente claro.” (Cardoso [1933], 1979, p. 98).

Ou seja, a “terra nova” propicia atividade, ação e invenção. Não se trata, simplesmente, de uma descoberta de uma essência “abandonada”, encarnada em tipos étnicos “problemáticos”. É por isso que Rodó não se torna um “regressista”, repetidor da grande herança latina européia e, portanto, homem “de outro tempo”. Em terras americanas, ele é um “obreiro de idéias”, que vive suas palavras ativamente. Tem, portanto, o perfil não aristocrático de outros heróis do continente.

Contudo, a “terra” não aparece associada unicamente a essa ontologia americana. É recorrente, em Vicente Licínio, a mobilização da categoria “força da terra”, retirada, segundo ele, dos ro-

² Interessante notar que a categoria “força da terra” é encontrada em certas formulações “modernistas” brasileiras. Refiro-me aos escritos contidos na revista *A Festa*, próxima ao universo espiritualista carioca. Como mais uma evidência de que a adesão a certas categorias “geográficas” não implica o compartilhamento de um universo intelectual comum; o sentido dessa “força da terra”, nesse periódico, guarda outras conotações, próximas de um binômio Terra-Raça, ausente da formulação liciniana.

mancistas russos do século XIX.² Ao falar dessa “energia bruta” no ensaio “*O Ambiente do Romance Russo*”, Licínio Cardoso (1924) aproxima Brasil e Rússia como sociedades em que a relação entre indivíduo e espaço seria marcada pela solidão e pela ausência de uma vida social orgânica. Nesses termos, a imagem da “terra” estaria vinculada não a uma “ontologia do novo”, mas a uma geografia desértica, típica de sociedades que entraram de maneira torta no moderno. Nesse ponto, Licínio se aproxima de uma conhecida família de análises da formação brasileira, e que tem como norte a constatação da nossa falta de vertebração social, tema clássico do pensamento republicano crítico. O interessante aqui é a aproximação com a Rússia, que sugere a percepção de uma condição periférica comum e abre espaço para uma espécie de sociologia política não reduzida aos limites do nosso “sertão” específico.

Essa postulação “geográfica” insere o Brasil num continente específico, formado por sociedades não inteiramente dominadas pelo registro técnico, sociedades em que a História não decanta, mas permanece enredada pela Geografia. É essa interpretação que nos permite entender a associação que Vicente Licínio faz entre Brasil e Rússia, ambos países em que a “força da terra” se faria mais presente. Nesse registro, a terra surge como “peso”, como imagem clássica do deserto inculco, território incontrolado e povoado por uma sociabilidade mais rude. Como se percebe, a “terra” não se esgota na ontologia americana, mas encontra outros significados na Rússia. Nessa chave Brasil-Rússia, nossa geografia social é explicada pela invertebração e pela insolidariedade “protegida” pelas vastidões do espaço. Nas palavras de Vicente Licínio,

E, bem pensado, não ha negar que as condições diversas ou até mesmo antagônicas daquelles ambientes cósmicos aqui invocados, determinaram todos um mesmo resultado comum: a resignação do homem sentindo-se impotente em face da agressividade da natureza, seja o sertanejo curtido em vida no sertão adurto do nosso Nordeste, seja o moujik desfibrado pelo inverno rigorosissimo do septentrião, seja, finalmente o emigrado acobardado e vencido diante da natu-

reza luxuriante do Amazonas. (Cardoso, 1924, p. 37)

Ao mesmo tempo, segundo o autor, as grandes transformações que teriam levado ambas as sociedades ao reino moderno padeceriam da mesma sina: artifícios oriundos da imaginação política, ignorantes, portanto, da metafísica da terra. Segundo Vicente Licínio, as elites republicanas brasileiras teriam mirado Comte, enquanto os bolcheviques teriam mobilizado Karl Marx, ambos pensadores de países industriais e não agrícolas. Ao que parece, haveria um eixo civilizatório compartilhado por Brasil e Rússia, territórios em que a “força da terra” operaria com mais profundidade. Nesse registro, sugiro que a terra é uma imagem que seria “boa para pensar” sociedades em que o processo modernizador não é originário, sociedade que a literatura sociológica convencionou chamar de “periféricas”. É como se a notação sociológica da relação entre homem e meio, argumento científico próprio do determinismo geográfico do século XIX, ganhasse outra tonalidade nessas sociedades, em especial o Brasil. Segundo Vicente Licínio, no já citado ensaio sobre o Rio São Francisco,

As relações de condicionamento recíproco entre o homem e o meio adquirem no Brasil intensidade ou desfalecimento, desconhecíveis na Europa Ocidental, terra em que primeiro os autores falaram dessas mesmas relações interessantíssimas compendiadas pela sociologia. (Cardoso, 1979, p. 158).

Esse é o “nó” que clarifica ainda mais o compósito Ford-Rodó de Vicente Licínio. Sua admiração pelo regime fordista não o impede de localizar, nesse rincão específico da América, uma geografia estranha ao moderno, marcada pela “força da terra”. Nesse caso, impossível seguir o receituário gramsciano que vê no fordismo uma formação societária “espontânea”, pois seria necessário recorrer ao papel condutor de elites que animassem o processo de construção nacional e adequassem nossa marcha singular. O moderno seria, portanto, uma “produção”, que conservaria o frescor de nossa “ontologia americana” mas pagaria o devido tributo à força da terra que nos levava para Dostoiévski, e não para Emerson. Nesse registro, a

singularidade de nossa “terra” encontraria ressonância em outras formações sociais, configurando, assim, uma reflexão que mobiliza a sociologia comparada de forma original. De nosso lugar especial na periferia, Vicente Licínio vê América e Rússia não com exemplares antagônicos do Oriente e do Ocidente, mas possibilidades abertas de invenção civilizatória, aproximadas por sua imaginação espacial. Nosso americanismo estaria, portanto, destinado a se tingir de cores russas, e teria algo a aprender com seus protagonistas intelectuais. Afinal, Vicente Licínio mostra grande entusiasmo pelos romancistas russos e pela capacidade que esses personagens mostraram de interpretar o processo de construção moderna da Rússia e dar-lhe um sentido. Essa constatação de que o auto-reconhecimento é condição para a construção do sujeito é retomada pelo autor para o caso brasileiro. E o romance escolhido como representante da afirmação da nossa “nacionalidade em ser” é justamente *Canaã*, de Graça Aranha. Não por acaso, romance em que a “terra” deixa de ser cenário naturalista e transforma-se em personagem com força dramática. Embora reticente diante da qualidade da obra, assim como dos caminhos escolhidos pelo autor, Vicente Licínio afirma:

Citaria no entanto o *Chanaan* de Graça Aranha, como um começo de caminho a ser trilhado, se não visse nessa obra o reflexo da exuberância sentimental de D’Annunzio e se não me lembrasse de que os typos principaes do romance são estrangeiros e não brasileiros. Mas é notável assinalar que esse autor conseguiu de facto, jogando o homem desarmado em face da nossa floresta tumultuante, fazel-o vencedor e, mais ainda, conseguiu tornal-o victorioso com a protecção apenas do humanismo sadio das almas fortes. (Cardoso, 1924, p. 45).

A grande aventura de Vicente Licínio não se esgotou na arquitetura, ocupação à qual nunca se entregou com paixão. Sua participação nos embates educacionais que marcaram a década de 20 atesta sua profunda crença no poder transformador que via na ilustração. Se nossa América “russificada” não se realizaria num clássico caminho protagonizado pelos homens da técnica e da engenharia, oriundos da fábrica, ela poderia recor-

rer a um vasto esforço de construção nacional animado por uma vontade “educada”. Entre os estudiosos, diversas são as interpretações desse movimento. Na perspectiva de Carvalho (1997), a atuação educacional de Vicente Licínio estaria informada por concepções “civilizadoras” fortes, segundo as quais o esforço pedagógico operaria como uma forma de ordenação e controle cívico. Nesses termos, a associação engenharia-educação se daria pela dimensão “técnica” e focada na moralização de comportamentos e atitudes que seriam vistos como “inorgânicos”. Ou seja, Carvalho acredita que o discurso sobre a desorganização da estrutura social do Brasil, tema clássico do pensamento antiliberal da Primeira República, implicaria a pregação da educação como ferramenta de novas elites destinadas a “moldar” os cidadãos. Rocha (2004), outro intérprete, vai na direção contrária, e sustenta que a concepção educacional de Vicente Licínio poderia ser explicada por uma preocupação republicana. Nesse sentido, tratar-se-ia de produzir um discurso pedagógico “novo”, que enfatizasse a produção de personagens animados pelo tema do civismo e da República. Ou seja, a educação operaria como instrumento democrático capaz de dar substância a um ordenamento político distante da anemia liberal da Carta de 91. Creio que essa segunda versão me parece mais correta, em especial por situar adequadamente a ênfase liciniana no trabalho, que escapa a uma leitura autoritária do fordismo e se constitui numa opção por uma sociabilidade animada pela ação prática e pelo dinamismo de novos atores sociais, conjugada ao que chama de “idealismo prático”, representado pela sua particular interpretação de Rodó. Ou seja, o tema ariologista incorpora o “ideal” republicano apontado por Rocha, o que afasta Vicente Licínio do mundo puro da razão tecnicista.

Sua trágica morte em 1931 o impediu de ver os caminhos desenhados por outros personagens para esta Rússia Americana, caminhos esses

³ Sobre o problema da “via prussiana” no Brasil, as referências clássicas ainda são os trabalhos de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna

que nos levavam para uma Prússia³ muito peculiar. Sua ênfase na educação era também encampada por outros atores – Anísio Teixeira, por exemplo – , que tiveram de enfrentar o desafio dessa “americanização” periférica, protagonizada por homens de outra extração intelectual. Este, contudo, é tema que escapa a este trabalho.

(Recebido para publicação em junho de 2005)
(Aceito em agosto de 2005)

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Montesquieu, a política e a história*. Lisboa: Presença, 1972. 163p.
- BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício. Iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. 502 p.
- CARDOSO, Vicente Licínio. O ambiente do Romance Russo. In: _____. *Vultos e idéias*. Rio de Janeiro: Ed. Anuário do Brasil, 1924. p.13-45. 281p.
- _____. Ford: O operário que venceu o capital. In: _____. *Afirmções e comentários*. Rio de Janeiro: Ed. Anuário do Brasil, 1925. p. 97-135. 332p.
- _____. Um centralizador de energias; um humanista americano: Rodó. In: _____. *Pensamentos Americanos* (obra póstuma). Rio de Janeiro: Ed. Estabelecimento Graphico, 1937. p. 15-43. 288p.
- _____. Rio São Francisco- rio sem história. In: _____. *À margem da História do Brasil*. 1ª edição 1933. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p. 1-38.
- _____. À Margem do Segundo Reinado. In: _____. *À margem da História do Brasil*. 1ª edição 1933. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p. 71-123.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: LORENZO, H.C; COSTA, W. P da (Orgs.). *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997. 254p.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende. *O Quinto Século. André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1998. 254p.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 4. p. 394.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Ed. REVÂN, 1999. 222p.
- MITRE, Antonio. *O Dilema do Centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. 179p.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. 224p
- ROBERT DE MORAES, Antonio Carlos. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2002. 198p.
- ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Matrizes da modernidade republicana – cultura política e pensamento educacional no Brasil*. Campinas : Editores Associados e Brasília : Ed. Plano, 2004. 200p.
- RODÓ, José Enrique. *Ariel*. 1ª edição 1900. Campinas: Ed. UNICAMP, 1991. 115p.
- WERNECK VIANNA, Luiz J. *A revolução passiva*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1997. 222p.